

Educação e trabalho – parte 2



Prof. José Roberto Paludo

- Doutor em Sociologia Política pela UFSC
Professor Permanente do Mestrado em Práticas Transculturais UNIFACVEST

No artigo anterior (parte 1) abordamos sobre a origem da escola na Grécia (extensão da família) e na era moderna (extensão da família e da fábrica) e apresentamos uma pequena síntese sobre esse tema no Brasil. E agora, no mundo digitalizado, quais as contradições da educação e do trabalho?

Além do trabalho como resposta às necessidades humanas de sobrevivência existe a dimensão do trabalho criativo e livre. É esse que se articula com a dimensão da ciência e da tecnologia e enquanto valores de uso resultam em melhoria de condições de vida, porém, quando transformados em valores de troca, nas relações capitalistas de produção, torna-se uma força mutiladora do próprio trabalhador, porque aniquila sua possibilidade de autonomia, ou seja, só lhe resta aceitar o que lhe é ofertado.

Tais mudanças tecnológicas somadas às políticas neoliberais levaram a “desestabilização dos trabalhadores estáveis” e a precariedade do emprego, mediante a flexibilização do trabalho, trabalho temporário, terceirização, etc, através de um aumento crescente dos sobran-tes, anteriormente considerado “exército de reserva”.

Diante disso, o modelo de educação profissional baseado na dualidade (ensino propedêutico para os ricos e educação para o trabalho aos pobres) significa subordinar-se ao ideário do mercado e do capital numa perspectiva de adestramento, acomodação do cidadão com o mínimo, “que pensa minimamente e que reaja minimamente” e nesse contexto “a função econômica atribuída à escola passa a ser a empregabilidade ou a formação para o desemprego” (FRIGOTTO, 2001, p. 80).

Segnini (2000) aponta como papéis da educação profissional as funções instrumentais capazes de “possibilitar a competitividade e intensificar a concorrência, adaptar trabalhadores às mudanças técnicas e minimizar os efeitos do desemprego” (SEGNINI, 2000, p. 80), diante de uma realidade do desemprego crescente de trabalhadores escolarizados em decorrência do processo de reestruturação do trabalho e da educação, através da reforma chamada de Ensino Médio Inovador (MP 746/2016).

Pode-se considerar essa legislação como mais uma adaptação do sistema escolar às demandas do capital, cada vez mais improdutivo e que usa sempre mais trabalho morto (máquinas e inteligência artificial) do que pessoas, na contramão do trabalho criativo e livre.